



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UNB PLANALTINA**

WELINGTON MARTINS RIBEIRO

**AQUISIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS
UMA ANÁLISE DA NOVA MODALIDADE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO
DE ALIMENTOS**

**PLANALTINA-DF
2014**

WELINGTON MARTINS RIBEIRO

RELATÓRIO FINAL APRESENTADO AO CURSO DE
GESTÃO DO AGRONEGÓCIO, COMO REQUISITO
PARCIAL À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE BACHAREL EM
GESTÃO DO AGRONEGÓCIO.

ORIENTADOR: Dr. MÁRIO L. ÁVILA.

SUPERVISOR DE ESTÁGIO: DIEGO DONIZETTI

PLANALTINA-DF

2014

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me dado oportunidades para descobrir uma nova paixão: o curso de Gestão do Agronegócio.

A minha família, os meus pais Rosimar e Delcinho, e meu irmão Daniel pelo total apoio e incentivo aos meus estudos.

Aos meus amigos Rhalteman, Marco Aurélio, Carlos Rafael e João Carlos.

Ao professor William e todos os participantes do projeto Análise dos Preços na Cadeia Produtiva de Frutas, Legumes e Verduras (FLV) no Distrito Federal pelas experiências partilhadas.

A todos os professores do curso de Gestão do Agronegócio.

Ao meu orientador, Mário Ávila pelo apoio prestado.

Ao meu supervisor de estágio Diego Donizetti, por ter ensinado todos os aspectos do estágio, com profissionalismo e humildade.

Aos colegas de estágio: Edilene, Verônica, Kely e Felipe pela dedicação e paciência ao ensinar, o que contribuiu de forma ímpar para o sucesso do meu estágio.

RESUMO

Este trabalho é um elemento parcial da disciplina Estágio Supervisionado, do Curso de Gestão do Agronegócio e está baseado nas experiências do estágio na Assessoria Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Foi escolhida como objeto de estudo uma linha do Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA Sementes, por esta ter sido construída recentemente, começando a ser executada para 2015. As crescentes demandas da Agricultura Familiar por formas alternativas de produção e comercialização de seus produtos resultaram na criação do PAA Sementes em 2014. O objetivo deste trabalho é explorar a temática da importância da produção de sementes para a agricultura familiar e comunidades tradicionais, além da criação e coordenação de políticas públicas para fortalecimento destes grupos sociais.

Palavras-chave: abastecimento; agricultura familiar; sementes.

Conteúdo

1	INTRODUÇÃO	1
1.1	OBJETIVOS	2
1.1.1	Objetivo Geral	2
1.1.2	Objetivos Específicos.....	2
2	REVISÃO DE LITERATURA	2
2.1	A Agricultura Familiar e os grupos tradicionais.....	2
2.2	Sementes Crioulas: um retorno às antigas práticas da agricultura	5
2.3	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua dinâmica com a Agricultura Familiar 8	
2.4	Linha de Aquisição e Compra de Sementes	11
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	14
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, grupos indígenas, quilombolas, entre outros estão atualmente conquistando espaço entre as políticas públicas. Antes, grande parte das políticas agrícolas estava totalmente direcionada ao setor do Agronegócio. Hoje se tem a ideia fortalecida de que esses grupos contribuem para o abastecimento do país. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003 como um dos pilares do Programa Fome Zero surge com o intuito de reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar, para direcionar sua produção para o combate à insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos.

Hoje este programa é executado de forma coordenada e sinérgica com outras políticas, como o (Pronaf) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O sucesso desta política pode ser relacionado diretamente a esta perspectiva sistêmica desde o seu surgimento. O PAA tem sido um modelo de política pública de combate à fome para outros países, especialmente do continente africano, como Etiópia, Malauí, Níger, Moçambique e Senegal (MDS, 2013).

Ainda assim é evidente a diferença na dinâmica da produção entre Agricultura Familiar e o Agronegócio, o que os colocam em posições distintas de vantagens. Enquanto um setor recebe altos investimentos, é especializado e detém controle de sua cadeia produtiva o outro setor, apesar de sua elevada produtividade e qualidade dos produtos, não consegue competir e se colocar adequadamente no mercado. Por isso fazem-se necessárias estratégias de produção e comercialização para que estes grupos possam superar estes obstáculos impostos pelo mercado. O PAA pode ser incluído nestas estratégias, e de certa forma, vem mudando os paradigmas de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil, sempre voltadas para créditos e financiamentos.

A produção da agricultura familiar requer processos específicos que ofereçam autonomia e diversificação, o que não estava sendo alcançado com o uso de variedades híbridas de sementes. Visando oferecer mais alternativas para a agricultura familiar foi criada a linha do PAA Sementes. Este trabalho irá analisar o decreto de criação desta modalidade e buscará através de pontos de vistas de atores importantes para o programa, apresentar propostas e possíveis pontos que precisam ser melhorados.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a proposta da modalidade Aquisição de Sementes, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e explanar sobre os assuntos relacionados.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Apresentar um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Levantar bibliografia sobre Sementes Tradicionais e Crioulas
- Expor pontos de vista sobre o PAA e a nova modalidade Aquisição de Sementes

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para se compreender o assunto específico deste trabalho, a nova proposta do PAA Sementes, foram reunidos alguns temas importantes para a esquematização que são apresentados a seguir.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR E OS GRUPOS TRADICIONAIS

A agricultura familiar é um grupo social existente no campo específico do Brasil. Em outros países, e até mesmo em algumas regiões do Brasil, há formações similares, mas que são denominados de forma peculiar ao seu processo histórico e a localização. Como afirma Abramovay (1997) o conceito “agricultura familiar” esteve a muito tempo atrelado a outros termos como “pequena produção” e “agricultura de baixa renda” o que criou um estereótipo negativo e afastou este grupo das políticas públicas.

A agricultura familiar tem sua origem no campesinato, mas diferente deste último ela se adaptou as condições impostas pela sociedade moderna (WANDERLEY, 2003, p. 46). Para Altafin (2007, p.9) os camponeses surgem no Brasil como resultado da trajetória de cinco

grupos, seu modo de vida e relação com a agricultura: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Estes grupos estavam alijados da sociedade, mesmo que desempenhassem desde o princípio a função de abastecimento interno.

Em 1954, os trabalhadores do campo organizaram um movimento denominado Ligas Camponesas, no Estado de Pernambuco com o intuito de reivindicar seus direitos e mostrar a indignação destas populações por não receberem apoio do governo (MOTTA E ESTEVES, 2006). Com a implantação da Revolução Verde, e a adoção do agronegócio como modelo para a produção, a agricultura familiar definitivamente foi colocada à margem da sociedade, até meados dos anos 90.

De acordo com Schneider (2003) três elementos foram essenciais para a legitimação da agricultura familiar como grupo social, com características e demandas específicas em meados dos anos 90: a organização política sindical dos movimentos sociais relacionados à agricultura familiar; a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996, como uma política de apoio e de reconhecimento deste grupo social e; os debates sobre a ruralidade no meio científico, que ultrapassaram a discussão da reforma agrária para as temáticas ambiental e da sustentabilidade.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1996 representa um pioneirismo de política do governo para o reconhecimento da agricultura familiar. De acordo com Schneider, et. al. (2004, p. 7) “o Pronaf visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento rural sustentável”. Este programa deu visibilidade a agricultura familiar e apoio financeiro para as suas atividades.

Apesar da importância deste ator no meio rural brasileiro, a agricultura familiar só foi conceituada recentemente. A Lei nº 11.326 de 2006, considera como agricultor familiar aquele: que não detenha área maior que 4 módulos fiscais; que utilize predominantemente mão de obra familiar; com percentual mínimo de renda familiar gerado no próprio estabelecimento e; dirija o estabelecimento com sua família. Além disto, outros grupos também se beneficiam desta lei, como os silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, povos indígenas e comunidades remanescentes (BRASIL, 2006).

De acordo com Castro et. al. (2005, p.33) a agricultura familiar apresenta três modalidades:

a) Agricultura familiar consolidada: [...] estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas a maioria funcionando em padrões empresariais; b) agricultura familiar em transição: [...] estabelecimentos familiares com acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica sem acesso a maioria das políticas públicas e programas governamentais, não estão consolidadas como empresas mas possuem grande potencial para sua viabilização econômica e; c) agricultura familiar periférica: [...] estabelecimentos rurais inclusos no modelo que são geralmente inadequados em termos de infra-estrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de fortes e bem estruturados programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, comercialização e outros.

Esta classificação demonstra que a própria agricultura familiar apresenta subgrupos heterogêneos com demandas e políticas públicas diferenciadas, mas que têm em comum os princípios já citados pela lei. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2014) a agricultura familiar emprega cerca de 80% dos trabalhadores no campo e é responsável por 40% da produção agrícola e tem em seu núcleo a preservação do meio ambiente.

As comunidades tradicionais, como representam grupos heterogêneos pulverizados geograficamente, só foram realmente reconhecidas a partir da promulgação do Decreto n ° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Ficam definidas como comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2006).

Logo as comunidades tradicionais são identificadas por sua singularidade cultural e assim como a agricultura familiar, com práticas agrícolas passadas por gerações de forma sustentável. Conforme Pavarino (2013, p. 44) estão incluídos nas comunidades tradicionais:

Povos Indígenas, Seringueiros, Quilombolas, Castanheiros, Quebradeiras de Coco Babaçu, Comunidades de Fundo de Pasto, Faxinalenses, Pescadores Artesanais, Marisqueiras, Ribeirinhos, Varjeiros, Caiçaras, Praieiros, Sertanejos, Jangadeiros, Ciganos, Açorianos, Campeiros, Varzanteiros, Pantaneiros, Geraizeiros, Veredeiros, Caatingueiros, Retireiros do Araguaia, entre outros.

A agricultura familiar e os grupos tradicionais se caracterizam pela sua diversidade, e por isso tratá-los como um grande grupo social é uma ideia equivocada. Como foi enunciada, a visão estereotipada da agricultura familiar e comunidades tradicionais sempre foi um empecilho para a sua conceituação e o reconhecimento por parte da sociedade e do governo. Hoje estes grupos sociais são concebidos de forma diferente por desenvolver um padrão próprio de agricultura, distante do modelo patronal (WANDERLEY, 2000). Seu modo de

vida é único, e estes têm nas tradições, no místico e em outros elementos culturais, as bases para o desenvolvimento de sua produção agrícola.

Alguns autores discutem sobre a multifuncionalidade da agricultura familiar (CAZELLA, BONNAL e MALUF, 2009, OLIVEIRA, 2008) e sempre há um destaque para os serviços ambientais que suas práticas agrícolas podem proporcionar. As práticas da agricultura familiar em sua maioria consideram a continuidade do sistema produtivo através do manejo sustentável dos recursos naturais. Dentre estas podemos destacar o policultivo, o pousio, o emprego de insumos naturais ou de origem orgânica, uso de sementes tradicionais e crioulas, entre outros. Estes benefícios ecológicos dificilmente podem ser mensurados e por isto qualquer ação ou política pública que vise sua manutenção é considerada relevante.

2.2 SEMENTES CRIOULAS: UM RETORNO ÀS ANTIGAS PRÁTICAS DA AGRICULTURA

As sementes crioulas deram suporte ao início do desenvolvimento da agricultura familiar. Antes do “melhoramento genético”, da produção industrial de insumos, entre outros existia o manejo das sementes de acordo com a experiência do agricultor e da forma como a mesma se adaptava a região. Neste momento, o agricultor familiar detinha controle sobre a produção e apresentava diversidade produtiva. A concepção atual das sementes híbridas como convencionais foi invertida devido à quebra do paradigma de produção agrícola que teve seu início nos anos 60.

A Revolução Industrial trouxe consigo um pacote tecnológico, com práticas mecânicas, sementes com elevada produtividade e o uso de insumos químicos. Este processo foi tido como necessário para o suprimento das demandas mundiais por alimentos (PINHEIRO *et. al*, 2000 *apud* PELWIG *et. al*, 2008). Com isso, começa-se uma corrida em busca da maximização da produtividade através do controle genético para produção de sementes híbridas. As variedades crioulas perderam espaço no campo ou acabaram se contaminando pelo contato com direto e indireto (vento, solo, etc.) com variedades alteradas geneticamente. Este processo de perda da diversidade das variedades e cultivares crioulas ficou conhecido como erosão genética e perdura até a atualidade.

O aumento de produtividade se deu nas produções voltadas para a exportação, onde o monocultivo era o modelo adequado ao agronegócio. Mas foi prejudicial à agricultura familiar, pois é o grupo que abastece a mesa dos brasileiros. A seguir, Machado (2014, p. 89) afirma:

Esta perda de biodiversidade relaciona-se diretamente com o processo de fome, miséria e segurança alimentar e passou a fazer parte das agendas dos países, tendo em vista a elaboração de diferentes estratégias e acordos internacionais, visando à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade em comunidades locais.

Com isso, assuntos como a fome e a segurança alimentar começam a ser discutidos no meio político e social, na tentativa do resgate de um dos elementos fundamentais para a agricultura familiar e o abastecimento do país: as sementes tradicionais ou crioulas.

A atual estrutura do mercado de sementes se encontra cristalizada e elitizada. A seguir estão demonstradas as 10 maiores companhias de sementes do mundo em 2011 elencadas pela ECT Group, dominando 75,3% do mercado de produção de sementes:

Tabela 1: As 10 maiores companhias de sementes do mundo, 2011.

Rango	Compañía	Venta de semillas, 2011 (mdd)	Porcentaje del mercado
1.	Monsanto	8,953	26.0
2.	DuPont Pioneer (EUA)	6,261	18.2
3.	Syngenta (Suiza)	3,185	9.2
4.	Vilmorin (Francia) (Groupe Limagrain)	1,670	4.8
5.	WinField (EUA) (Land O Lakes)	1,346 (est.)	3.9
6.	KWS (Alemania)	1,226	3.6
7.	Bayer Cropscience (Alemania)	1,140	3.3
8.	Dow AgroSciences (EUA)	1,074	3.1
9.	Sakata (Japón)	548	1.6
10.	Takii & Company (Japón)	548	1.6
Total de las diez		25,951	75.3

Fonte: ETC Group (2014), Phillips Mc Dougall.

No mesmo texto temos a informação de que alguns destes grupos produtores de sementes coincidem como maiores produtores de fertilizantes e praguicidas. Logo há um conglomerado de empresas que dominam toda a cadeia agrícola, e que fortalecem o pacote tecnológico cada vez mais, para que não haja autonomia do agricultor. Este processo acarreta em elevados endividamentos e o abandono da prática da agricultura.

Algumas estratégias políticas foram necessárias para se tornar possível o plantio de variedades tradicionais e crioulas. Em 2003, foi instituído através da Lei nº 10.711, de agosto de 2003, a definição e as formas de uso destas sementes. Conforme o artigo 2º, as sementes crioulas são aquelas produzidas ou adaptadas por agricultores familiares, assentados de reforma agrária e grupos indígenas, com características fenotípicas distintas e reconhecidas por suas comunidades. Até então, não havia restrições ao modo de uso das sementes, o que facilitava processos como a biopirataria e a contaminação. E também nesta definição pode ser observada a questão histórica da formação de identidade destes grupos sociais.

De acordo com Cunha (2013) as sementes crioulas são o resultado do manejo e da adaptação de suas variedades em cada região do país. O saber empírico dos agricultores familiares, a transmissão de suas experiências para a comunidade e futuras gerações, além de práticas agrícolas que colaboram para manutenção da diversidade como o consórcio, a rotação das culturas e pousios. As sementes crioulas carregam consigo parte da história, da cultura e os valores de uma comunidade rural passados a cada geração (CADORE et. al., 2003; VIA CAMPESINA, 2003 *apud* RODRIGUES e MELO). Por isto, o processo de introduzir uma espécie não adaptada às condições regionais, onde os agricultores familiares não estão acostumados a lidar com seu manejo, pode ser identificado como uma invasão cultural, que pode culminar em perdas para a identidade do local, além da perda da biodiversidade das espécies locais. Triches (2013) e Machado (2014, p.87) denominam este processo de “erosão do conhecimento”.

Para se evitar este processo de perda da biodiversidade é importante a formação de bancos de sementes, com guardiões de sementes, além do livre intercâmbio regional de sementes crioulas podem ser pontuadas como ações necessárias para evitar o processo anteriormente citado (BEVILAQUA et. al., 2014). Há algumas ações pioneiras desta natureza que estão sendo executadas entre a agricultura familiar e grupos tradicionais. De acordo com o ETC Group (2013) os grupos campestinos e indígenas são essenciais para atender as demandas por sementes das comunidades agrícolas. Hoje estes grupos são responsáveis alimentar cerca de 70% da população mundial, e não estão inseridos na cadeia industrial de sementes.

Conforme Trindade (2006) o Brasil como um país continental apresenta diferenças climáticas e até mesmo culturais, o que dá espaço para que cada região desenvolva sua produção de sementes. Não há como desprezar esta heterogeneidade em prol de um sistema produtivo que torne os agricultores familiares altamente dependentes de insumos externos.

Silva e Almeida (2013), Cunha (2013) e Morais et. al (2014) relatam a experiência de um importante grupo de agricultores nas regiões do Cariri, Seridó e Curimatá no Estado da Paraíba que produzem sementes tradicionais. Estas são denominadas "sementes da paixão" e resultaram da mobilização popular para a conservação da biodiversidade e da cultura local por meio da formação de bancos de sementes. Com a participação destas comunidades no PAA, por meio da modalidade de doação foi possível uma maior circulação das sementes para agricultores familiares na própria região, tornando o local uma referência de ação bem sucedida.

Rodrigues e Melo (2010) também relatam a experiência do Assentamento Cambuxim em São Borja (RS) que apesar do uso de sementes crioulas em diversos cultivos como abóbora, milho, hortaliças, feijão, entre outras, ainda não possuem autonomia de órgãos públicos e privados. Por isso sugere a formação de um banco de sementes para que os gastos gerais com sementes sejam diminuídos e para o abastecimento da região com suas próprias sementes.

Bevilaqua *et.al.* (2014) mapearam os guardiões de sementes no Rio Grande do Sul e identificaram mais de 140 guardiões, individuais e em grupos. Suas principais cultivares crioulas são de milho e feijão, e o seu trabalho tornou-se fundamental para a conservação das sementes crioulas e para a alimentação e renda dos agricultores familiares e comunidades tradicionais do Estado.

Este panorama demonstra que as sementes tradicionais e crioulas são hoje uma fonte de autonomia e preservação da diversidade para a agricultura familiar e comunidades tradicionais e sem o uso das mesmas, o país corre o risco de retorno à situação vivida no começo dos anos 2000 no Brasil, onde se tinha uma elevada taxa de fome, e pobreza no campo.

2.3 PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) E SUA DINÂMICA COM A AGRICULTURA FAMILIAR

O Programa de Aquisição de Alimentos foi instituído através da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003 com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar no incentivo a produção e distribuição de produtos para populações em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos. O PAA fazia parte do Programa Fome Zero, no início do Governo

Lula e permanece até hoje como uma importante política social de combate a fome e auxílio a agricultura familiar.

De acordo com Vieira (2008), o problema da fome no Brasil não estava relacionado à falta de oferta e sim à baixa renda de uma parte da população, que dificultava o seu acesso aos alimentos.

O PAA possui um princípio norteador: o trabalho com dois tipos de beneficiários: os doadores, ou seja, agricultores familiares e cooperativas da agricultura familiar; e os consumidores que representam as populações em situação de insegurança alimentar e entidades públicas. Com o decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007 são definidas as comunidades tradicionais e estas são incluídas no Programa de Aquisição de alimentos como possíveis doadoras e consumidoras. Logo, qualquer fornecedor que esteja dentro destas condições pode acessar as linhas do PAA simultaneamente.

Atualmente o PAA possui um escopo amplo, para além de seus objetivos básicos, pois a fome já se encontra de certa forma erradicada. Conforme estabelece o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012 são os novos objetivos do PAA:

- a) Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda.
- b) Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar
- c) Promover o acesso à alimentação em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação
- d) promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
- e) constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
- f) apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
- g) fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
- h) promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
- j) estimular o cooperativismo e o associativismo. (BRASIL, 2012)

O PAA apresentava até então cinco modalidades: Compra com Doação Simultânea; Compra Direta; Apoio a Formação de Estoques; Incentivo à produção e consumo de leite (PAA-Leite); e Compra Institucional.

A Compra com Doação Simultânea tem como prioridade o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar, entidades assistenciais, entre outros órgãos de apoio à segurança alimentar. Nesta modalidade há o incentivo para que a agricultura familiar local possa abastecer de forma eficiente as demandas dos beneficiários consumidores. Os alimentos adquiridos podem ser in natura ou processados, seguindo um controle de qualidade conforme normas vigentes. Há preferência por alimentos que atendam aos hábitos alimentares da região. De acordo com o Decreto nº 8.293 de agosto de 2014, o valor máximo para venda nesta modalidade é de R\$ 6.500,00 por unidade familiar/ ano ou R\$ 2.000.000,00 por organização. Para a participação dos agricultores, os mesmos devem estar organizados em cooperativas ou associações (MDS, 2014). Nesta modalidade existem normativos que permitem a compra de sementes e mudas da agricultura familiar.

A Compra direta tem por objetivo a sustentação dos preços de alguns produtos, formação de estoques públicos e o atendimento de programas de alimentação. Os principais produtos comercializados são arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, leite em pó integral e farinha de trigo. O limite anual é de R\$ 8.000,00 por unidade familiar. Os agricultores podem comercializar individualmente ou por cooperativas e associações (CONAB, 2014).

A modalidade Apoio à formação de estoques tem como objetivo fornecer crédito financeiro para cooperativas e organizações detentoras da DAP- Jurídica, com o posterior retorno dos recursos ou dos produtos para estoques públicos. Os produtos amparados devem ser próprios para o consumo humano e animal, além de sementes e mudas. Podem ser comercializados in natura, minimamente processados, orgânicos e agroecológicos.

O PAA Leite é uma modalidade criada com o objetivo de aumentar o consumo de leite de famílias em condições alimentares precárias, através do incentivo e direcionamento da produção da agricultura familiar. É restrita ao território da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), além da Região Nordeste e o Norte de Minas Gerais. O preço é fixado e atualizado pelo grupo gestor, o que garante a segurança para os fornecedores. Os consumidores devem estar cadastrados no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

A modalidade Compra Institucional foi criada em 2012, com o objetivo de direcionar os produtos da agricultura familiar a órgãos federais, distritais e municipais, dispensando a licitação. O público-alvo desta linha hospitais, quartéis, creches, escolas, presídios, restaurantes universitários, entre outros. Os alimentos podem ser in natura ou processados. O limite anual por unidade familiar é de R\$ 8.000,00 e de R\$ 20.000,00 para organizações (BRASIL, 2012).

Com mais de 10 anos de existência, o PAA apresenta resultados robustos de avaliações da política pública. Alguns autores elencaram os pontos de sucesso e melhoria para o programa.

Conforme Delgado, et. al. (2005, p. 20-21) o PAA até o ano da avaliação havia atendido as diretrizes propostas pelas ações estruturantes do Programa Fome Zero. O desenho institucional permitiu o atendimento das diversas demandas do programa. Mas este apresentou algumas falhas como a restrição do Grupo Gestor apenas na formação de preços, o controle fiscal que ainda não era totalmente regulamentado.

Para Ávila *et. al.* (2013, p. 77), um ponto a se destacar no PAA é a sinergia com outras políticas públicas, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que expandiu as possibilidades de beneficiários consumidores. Mas também apontam pontos a serem melhorados como: problemas de operação, principalmente na clareza das normas e objetivos; seleção dos fornecedores e auxílio técnico na produção e transporte dos produtos.

2.4 LINHA DE AQUISIÇÃO E COMPRA DE SEMENTES

A linha de Aquisição e Compra de Sementes foi instituída pelo Decreto nº 8293 de 12 de agosto de 2014. É uma ação extremamente recente do governo em incluir sementes e mudas na pauta do abastecimento e combate a fome. Esta linha está sendo genericamente nomeada de PAA Sementes. Apesar disto, a aquisição de sementes e mudas da agricultura familiar já era praticada por algumas linhas do PAA. A seguir é apresentada a quantidade de sementes comprada até 2013 pelas modalidades do PAA.

Tabela 2. Aquisição de Sementes PAA por estado, de 2009 a 2013.

UF	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL	
	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg
AL	367.787	129.990			205.798	72.720					573.584	202.680
ES							46.200	10.000	89.300	15.000	115.500	25.000
GO			227.900	89.882	346.026	113.133	377.622	106.181	17.400	5.800	1.548.414	535.123
MA					13.878	5.551	2.940	588			16.818	6.139
MG			255.499	118.136	24.695	6.898	121.500	40.500			727.507	369.096
MS	656.500	234.800	1.240.000	268.000	2.220.000	394.000	2.795.999	844.571	1.120.000	160.000	8.115.999	1.743.121
PB			8.633	5.250	39.188	17.520					80.061	88.093
PE					1.840	400					183.790	73.180
PI			96.800	21.000	97.650	21.000	93.000	20.000			287.250	62.000
PR					176.403	50.415	1.926.119	431.707			2.102.521	482.122
RR							49.165	5.005	153.000	17.000	202.165	22.005
RS	230.020	574	610.840	18.937	1.170.376	497.795	1.590.505	578.130	1.213.149	174.912	5.042.205	1.350.915
SC	342.600	114.200	4.343.442	1.167.858	4.726.045	1.189.930	9.775.982	2.307.114	3.234.982	720.139	23.820.997	6.018.225
TOTAL	1.596.907	479.534	6.782.914	1.687.063	9.021.895	2.369.362	16.779.031	4.143.796	5.807.831	1.092.851	42.816.810	10.977.639

Fonte: SUPAF/ GECAF

Como se pode observar o volume transacionado de sementes até 2013 estava crescente. A compra de sementes pelo PAA se concentra em três estados, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, por estarem mais articulados e terem maior participação em políticas públicas para a agricultura familiar. A seguir são apresentados dados que especificam os tipos de sementes comprados pelo PAA dos agricultores familiares e cooperativas de produção de sementes.

Tabela X: Evolução das aquisições de sementes em R\$ por produto, de 2009 a 2013.

Produto	2009		2010		2011		2012		2013		TOTAL	
	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg	R\$	Kg
SEMENTE DE AMENDOIM							60.500	11.000	33.000	6.000	93.500	17.000
SEMENTE DE ARROZ	219.000	109.500	258.514	118.146	632.151	481.037	448.035	330.805	429	300	1.567.680	1.039.588
SEMENTE DE FEIJÃO	16.472		1.500		104.100	5.350	179.660	392.342	850.706	1.380.125	465.845	3.396.100
SEMENTE DE FORRAGEIRAS			74.000	5.400	2.460	600					188.391	6.000
SEMENTE DE GERGELIM			96.800	21.000	99.490	21.400	133.500	26.000	13.500	2.000	343.090	70.400
SEMENTE DE GIRASSOL							26.800	7.000	7.800	2.000	34.200	9.000
SEMENTE DE HORTALIÇAS	230.020	574	501.840	1.882	514.705	13.220	517.343	3.658	549.120	2.112	2.313.028	21.446
SEMENTE DE LINHAÇA							23.560	2.480	19.000	2.000	42.560	4.480
SEMENTE DE MILHO	531.600	189.800	3.984.109	1.148.293	3.655.148	1.002.399	8.936.795	2.382.928	2.295.317	612.594	21.809.041	5.336.014
TOTAL	1.596.907	479.534	6.782.914	1.687.063	9.021.895	2.369.362	16.779.031	4.143.796	3.768.672	2.007.131	42.816.810	9.900.027

Fonte: Conab (2014). Dados: SUPAF/ GECAF.

Como pode ser observado, estas sementes são amplamente usadas pela agricultura familiar, especialmente em sistemas de produção consorciados. Elas são direcionadas pela Conab a outros agricultores familiares, assentados de reforma agrária e populações empobrecidas pela forma de doação com o objetivo de dar subsídios para a produção com variedades adequadas ao contexto regional. A finalidade do decreto além da formalização da modalidade para este mercado está acrescida de um maior apoio a aspectos de autonomia e diversidade de produção para a agricultura familiar.

De acordo com o artigo 17 do decreto além das cinco linhas tradicionais do PAA é acrescida a linha de Aquisição de Sementes, compra de sementes, mudas e materiais

propagativos com a finalidade de suprir as necessidades humanas e animais. Assim como a maioria das outras linhas há dois grupos de beneficiários: os beneficiários doadores, que representam os agricultores familiares e cooperativas de agricultores familiares, que produzem e comercializam para o PAA; e os beneficiários consumidores, que no caso são agricultores familiares, assentados de reforma agrária e populações em condição de insegurança alimentar.

O artigo 19 estipula os limites para a operação do PAA Sementes. Para a unidade familiar o limite é de R\$16.000,00 por ano, e para as organizações fornecedoras (cooperativas, associações etc.) o limite é de R\$ 6.000.000,00. Quando o valor da operação ultrapassar R\$ 500.000,00 será necessário o uso de chamada pública.

O grupo gestor do PAA é responsável por estipular as normas de operacionalização da modalidade, enquanto que a Conab está responsável por executá-las. O decreto não descreve como se dará a execução desta linha, sendo posteriormente realizado por um manual de operações elaborado pela Conab. Na sessão Resultados e Discussões serão apresentadas mais informações coletadas com os gestores do PAA.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho foi desenvolvido por meio de revisão de literatura sobre as temáticas envolvidas. Foram aplicados questionários semi-estruturados para expor a opinião dos entrevistados sobre o PAA Sementes.

A coleta de informações sobre o modalidade de Aquisição de Sementes se deu em três etapas: a) aprofundamento da literatura sobre as sementes tradicionais e crioulas e o Programa de Aquisição de Alimentos; b) a coleta de informações sobre o funcionamento do PAA e das modalidades já existentes; c) análise do Decreto nº 8.293 de 2014, que enuncia a criação da nova modalidade e posterior conversa com gestores participantes e um especialista sobre as sementes tradicionais/ crioulas para estipular o impacto deste processo para a agricultura familiar e os grupos tradicionais.

O desenvolvimento das atividades no estágio também contribuiu para se entender a dinâmica de funcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar. A Assessoria

Parlamentar (Aspar) é nomeada como “a porta de entrada” do MDA, onde grande parte das demandas da agricultura familiar passa obrigatoriamente por este setor. Além disto toda a articulação com o Executivo e Legislativo se dá por meio da Aspar. Com isto, o direcionamento para os gestores do PAA foi orientado pelo Assessor Especial, Diego Donizetti.

Foi realizada uma entrevista com Igor Teixeira, representante do MDA, participante do GGPA, com o intuito de obter esclarecimento sobre o PAA Sementes. Além das informações sobre o decreto, foram pontuadas algumas perspectivas para a modalidade. Após isto, foi enviado questionário a Janaína Rosa, representante do MDS e participante do GGPA, com esclarecimentos sobre o funcionamento da modalidade e da importância disto para o público-alvo. Também houveram tentativas de entrevistas e envio de questionários aos executores do PAA na Conab, mas não se obteve respostas. Isto pode refletir na falta de posicionamento do executor da política sobre o PAA Sementes. Para a posição de um especialista sobre as sementes tradicionais/ crioulas foi enviado um questionário para Gilberto Antônio Bevilaqua, pesquisador da Embrapa Clima Temperado, que foi respondido com ponderações pertinentes sobre o impacto desta ação para a agricultura familiar e grupos tradicionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir serão apresentadas as visões acerca do PAA Sementes, obtidas por meio de entrevistas e questionários, com algumas ponderações e informações adicionais sobre o funcionamento da modalidade.

Conforme Gilberto Antônio Bevilaqua, pesquisador da Embrapa e especialista em sementes tradicionais/ crioulas, a conservação de sementes crioulas tornou-se fundamental para a sustentabilidade da agricultura. Antes estas sementes eram congeladas e estocadas em bancos de germoplasma em órgãos oficiais. Mas é necessária a interação das sementes e cultivares ao clima e solo de uma região, pois isto as estimula a adaptarem-se as constantes mudanças climáticas. Ele ressalta a importância dos “agricultores guardiões” que participam do processo de coevolução das sementes, e permitem tanto a circulação quanto a formação dos bancos de sementes.

Também ressaltou que algumas experiências de “programas troca-troca” em comunidades indígenas e quilombolas possibilitaram o resgate de sementes que se julgavam desaparecidas. Nestes programas foram recuperados também o conhecimento tradicional e cultural sobre essas variedades.

De acordo com o pesquisador, a sociedade começou a perceber o conjunto de benefícios destas sementes e vem contribuindo para uma maior mobilização na forma de feiras de sementes. Já no meio acadêmico ainda são recentes as pesquisas e a formação de técnicos especializados em sementes crioulas, notando certa resistência dos órgãos de pesquisa. As políticas públicas em relação ao assunto também surgiram recentemente.

Para ele, o governo deve atuar fortemente neste segmento, assim como ocorreu o incentivo ao uso do pacote tecnológico com a regulação das sementes certificadas e fiscalizada na década de 1960. Ele afirma que o Estado deve ter um papel de coordenação: em um primeiro momento deve fomentar a produção e comercialização de sementes tradicionais, e após isto estimular para que se crie um sistema auto-sustentado.

Para o entrevistado, o PAA é um programa fundamental para garantir o acesso dos agricultores familiares e comunidades tradicionais aos canais de comercialização. A articulação com outras políticas deve continuar sendo um diferencial para o PAA. Mas pondera que o aspecto regional precisa ser melhor discutido nesta política, pois se isto não for estipulado, o resultado será uma perda da agrobiodiversidade. Logo há uma necessidade de fortalecimento do caráter territorial das sementes crioulas, o estímulo às cooperativas da agricultura familiar e associações municipais. Outros atores que devem estar incluídos para a formulação adequada desta política são os agentes de crédito, extensão rural, pesquisa e ensino. Também propõe a utilização de sistemas de produção agroecológicos, pois se identificam com as culturas crioulas.

Foram entrevistados dois gestores que atuam diretamente com o PAA. Conforme Igor Teixeira, a criação da linha para aquisição de sementes vem atender as demandas de movimentos sociais e organizações com experiência na produção de sementes. Todo ano é recorrente a demanda de semente tanto para consumo quanto para a multiplicação de sementes.

De acordo com ele o MDA, MDS, Secretarias de agricultura de estados, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Palmares (FP), Instituto Chico Mendes (ICMBio), entre outros podem ser proponentes, ou seja estão aptos a estipular normas para o

funcionamento da linha do PAA Sementes. Essa variedade de atores facilita a dinâmica da modalidade, especialmente quanto ao seu aspecto regional, na qual cada órgão detém maior conhecimento e contato com determinado público-alvo.

Com isso, o entrevistado estipula como objetivos e metas para a modalidade de Aquisição de Sementes:

- (1) Ampliar o número de potenciais organizações doadoras;
- (2) Aumento da escala de produção das sementes da agricultura familiar, especialmente as variedades tradicionais e crioulas;
- (3) Foco principal do programa na região Nordeste, contribuindo no combate a fome e fortalecimento da agricultura familiar nesta região. O programa estará aberto a todos os estados;
- (4) A criação de programas na Secretaria de Agricultura Familiar que estejam articulados e forneçam suporte para a ação do PAA Sementes;
- (5) A seleção adequada de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) para organizar as cooperativas de produção, multiplicação e doação de sementes.

O gestor considera que para o funcionamento pleno do PAA Sementes serão necessárias parcerias em todos os níveis (Federal a Municipal) e órgãos. Em um primeiro momento a modalidade dará prioridade às cooperativas da agricultura familiar para serem fornecedores. Quando estiver em pleno funcionamento, com regras claras, organizações preparadas e sementes de qualidade, a próxima etapa é o trabalho centrado nas regiões com os pequenos grupos de agricultores familiares e comunidades tradicionais. Por isto, ele pondera que esta não será apenas uma ação emergencial, e sim estará em constante processo de construção e aprimoramento.

Janaina Rosa, representante do MDS e participante do GGPA, considera que o PAA como política pública de combate a fome e fortalecimento da agricultura familiar tem em sua gestão um ponto forte, destacando: a) a intersetorialidade do programa, com ampla participação de diversos atores, inclusive a sociedade civil e os conselhos de saúde na forma de um Comitê Consultivo; b) a execução da Conab, que com sua capilaridade já conseguiu atuar em mais de 3.300 municípios; e c) os sistemas de informação integrados (SISPAA, PAA Net e SigPAA) que auxiliam na operação e análise do funcionamento do programa.

A entrevistada também destacou o impacto do PAA e a sinergia com outras políticas como a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Plano Brasil Sem Miséria, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, Política Nacional para Mulheres, dentre outras.

Sobre o funcionamento da modalidade Aquisição de Sementes, a gestora reafirmou que o público alvo inicial será organizações da agricultura familiar (cooperativas e associações) detentoras da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP- Jurídica). As sementes devem atender as normas de qualidade e a organização deve estar inscrita no Cadastro Nacional de Cultivares Crioulas. Na destinação serão priorizadas as famílias de agricultores familiares inscritos no CadÚnico, mulheres, assentados, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Quando perguntado como a questão da heterogeneidade dos grupos e região alvos da modalidade iria ser trabalhada, foi respondido que o Grupo Gestor já vem estabelecendo através de normativos, medidas de inclusão social a grupos vulneráveis como as comunidades tradicionais e assentados de reforma agrária.

Com estas informações pode-se inferir que a modalidade de Aquisição de Sementes vem sendo formulada com base em uma demanda já existente e no grande volume já transacionado nas modalidades. O PAA já alcançou seu aspecto quantitativo, com números expressivos de abrangência de municípios e beneficiários. Igor Teixeira citou que o aspecto essencial do programa neste momento é a sua qualificação. Para as linhas atuais é necessário que haja um levantamento das demandas específicas dos fornecedores, com mapeamento adequado dos mesmos. As cooperativas e associações devem estar prontas técnico e gerencialmente para atuarem no programa, pois o fortalecimento é o alvo principal, não a dependência. A nova linha PAA Sementes será incluída nesta dinâmica, onde já existem organizações operando e há regiões prioritárias onde o PAA tem uma atuação reduzida (Norte e Nordeste).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação da modalidade de Aquisição de Sementes, ou PAA Sementes é uma ação recente que demonstra que a agricultura familiar, comunidades tradicionais e organizações da agricultura familiar constituem-se como atores importantes no campo. Há uma constante necessidade de renovação das políticas públicas, pois novas demandas surgem com o passar do tempo.

A proposta da nova linha é importante e está sendo construída de forma sistêmica. A intenção de se promover a produção de sementes da agricultura familiar em uma modalidade de um programa consolidado e forte no Brasil é pioneira e foi necessária para que se resgatar uma maior autonomia da agricultura. Introduzir na produção variedades tradicionais ou crioulas, além de trazer diversidade à produção, acarreta em menor consumo de outros insumos e resgata (ou preserva) hábitos e costumes no meio rural.

Mas alguns aspectos ainda não estão totalmente esclarecidos. Uma questão que emerge é como a variável regional e até mesmo a diversidade dos beneficiários pode interferir na operação da modalidade. O pesquisador Bevilaqua havia pontuado que, se isto for negligenciado o efeito pode ser contrário ao esperado, ou seja, haverá perda da biodiversidade das sementes. Como o primeiro passo do programa é o aumento da quantidade de sementes produzida pela agricultura familiar, o manejo deve ser adequado para se manter a diversidade das sementes. Ao invés de trabalhar com a escala seria interessante o estímulo ao desenvolvimento de novas sementes adaptadas a locais aonde ainda não se cultivam variedades crioulas.

Os beneficiários fornecedores iniciais serão as cooperativas da agricultura familiar. A dinâmica neste ponto ainda é muito restrita. É correta a posição do GGPAA em trabalhar com um grupo específico para posteriormente, estender aos agricultores familiares de forma individual. Esta é a meta final: criar no Brasil redes fortes de produção e conservação de sementes crioulas e tradicionais. Mas é algo que ainda parece utópico e que deverá ser estruturado de maneira eficiente.

Outra questão que emerge é como a modalidade pode contribuir para formação de estratégias de conservação das sementes como a formação de bancos de sementes, feiras e ambientes onde seja possível sua livre circulação, estimulando a biodiversidade. O objetivo

inicial é a compra de sementes da agricultura familiar e posterior distribuição a grupos anteriormente citados. Mas para isto há uma necessidade de criação de espaços, como associações de produção, organizações sociais, e grupos de transmissão das experiências e saberes envolvidos com as sementes tradicionais.

Como sugestões de pesquisas futuras são necessários: maiores esforços em pesquisas científicas sobre a produção de sementes crioulas (produtividade, viabilidade econômica, técnicas de manejo da agricultura familiar, etc.); a divulgação dos casos de sucesso de comunidades e organizações que trabalham com as sementes crioulas; o mapeamento de todos os atores envolvidos no programa (organizações da sociedade civil, agricultores guardiões, comunidades tradicionais produtoras de sementes, cooperativas e associações da agricultura familiar, e os potenciais consumidores); as dinâmicas regionais para a formação de espaços de troca de conhecimentos e divulgação a sociedade civil (como feiras, congressos, etc.). Também é fundamental o acompanhamento de órgãos de pesquisa, como observatórios de políticas públicas para realização de avaliações das modalidades do PAA.

O PAA como uma política pública conhecida internacionalmente, e exemplo para diversos países deve construir esta nova modalidade de forma gradual e participativa, sem esquecer a diversidade e a abrangência do público-alvo envolvido, para que esta ação venha contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e das comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. *São Paulo em Perspectiva* – Abr/jun, vol. 11, nº 2: 73-78, 1997.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. 2014. Disponível em: <http://mstemdados.org/sites/default/files/Reflex%C3%B5es%20sobre%20o%20conceito%20de%20agricultura%20familiar%20-%20Iara%20Altafin%20-%202007_0.pdf>. Acesso em: 10 de Nov. 2014.

BEVILAQUA, G. A. P. et. al. Agricultores guardiões de sementes e ampliação da agrobiodiversidade. IN: NEDER, R. T.; COSTA, F. M. P (org). **Ciência, tecnologia, sociedade (CTS) para a construção da agroecologia**. Série 1. Cadernos Construção Social da Tecnologia, Universidade de Brasília, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 03 de out. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: 18 de out. 2014.

BRASIL. **Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar: Renda para quem produz e comida na mesa de quem precisa**. 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20cartilha_programa_de_agricultura%20familiar.pdf> Acesso em: 15 de out de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 8293 de 12 de agosto de 2014. Altera o Decreto no 7.775, de 4 de julho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_08_13_13_54_53_decreto_8293_-_12ago2014.pdf>. Acesso em: 04 de Nov. 2014.

CASTRO, C. E. F; et. al. **Pontes para o Futuro- CONSEPA**. 1 ed. Campinas, 2005. 149 p.

CAZELLA, A. A; BONNAL, P.; MALUF, R.S. **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Manuad X, 2009. Disponível em: <<http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2011/08/CAZELLA-BONNAL-MALUF-Agricultura-Familiar-Multifuncionalidade.pdf>> Acesso em: 02 de Nov. 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Sementes comercializar pelo PAA de 2009 a 2013**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/14_01_24_15_29_09_sementes_crioulas_internet.pdf>

CUNHA, F. L. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição de Sementes na Paraíba**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2013/10/Dissertacao-Mestrado-FlaviaLondres-vf.pdf>>. Acesso em: 25 de out. 2014.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)**. IN: Texto para discussão nº1.145. Dez. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1145.pdf>. Acesso em: 07 de out. 2014.

ETC GROUP. **El carro delante Del caballo. Semillas, suelos y campesinos ¿Quién controla los insumos agrícolas?** .Cuaderno ETC Group, Informe 2013. Disponível em :<<http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/Cartel%20Before%20Horse%20SPANISH-web-Oct2013%20.pdf>> Acesso em: 07 de out. 2014.

MACHADO, A. T. Limites e potencialidades da pesquisa colaborativa com sementes crioulas entre grupos sociais produtores. IN: NEDER, R. T.; COSTA, F. M. P (org). **Ciência, tecnologia, sociedade (CTS) para a construção da agroecologia**. Série 1. Cadernos Construção Social da Tecnologia, Universidade de Brasília, 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Missão, Visão e Valores**, 2014. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/miss%C3%A3o-vis%C3%A3o-e-valores>>. Acesso em: 28 de set. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, 2014. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>> . Acesso: 02 de out. 2014.

MOTTA, M; ESTEVES, C. L. Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida. IN: **Biblioteca Digital da Questão Agrária Brasileira. 2006**. Disponível em: <[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20\(des\)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20(des)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf)>. Acesso em: 11 de Nov. 2014.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Pós-Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11006/000602049.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 de out. 2014.

PAVARINO, M. A. **Espaços Institucionais da Biodiversidade: uma análise sobre a representação e a participação dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2013.

PELWIG, A.; B. FRANK, L. B.; BARROS. **Sementes crioulas: o estado da arte no Rio Grande do Sul**. RER, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 391-420, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008. Disponível em: <
<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/61244/2/v46n2a05.pdf>>. Acesso em: 09 de out. 2014.

RODRIGUES, C. C. C.; MELLO, U. P. **Sementes crioulas: alternativas de diversificação de cultivos no assentamento Cambuxim em São Borja/ RS**. (s. d.) Disponível em: <
sementes: http://www.uniara.com.br/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_1/01-01.pdf> Acesso em: 04 de out. 2014.

SILVA, E. D.; ALMEIDA; M. F. **Programa de Aquisição de Alimentos: tecendo caminhos entre segurança alimentar e a política de sementes no semiárido paraibano**. IN: Caderno de Agroecologia, v. 8, n. 2 (2013) . Porto Alegre, 2013. Disponível em: <
<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15132/9144>>. Acesso em: 18 de out. 2014.

SCHNEIDER, S. **Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade**. RBCS Vol. 18 nº. 51, p.99-121 fev/2003. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>> Acesso em: 19 de out. 2014.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). IN: SCHNEIDER, S; MARQUES, M. K.; MORUZZI, P. E. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre, 2004, p. 21-50. Disponível em: <
<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf>> . Acesso em: 02 de Nov. 2014.

TRICHES, M. **Diversidade de variedades de milho comum conservadas In situ- on farm no município de Novo Horizonte-SC**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Agrárias. Florianópolis, 2013.

TRINDADE, C. C. Sementes crioulas e transgênicos, uma reflexão sobre sua relação com as comunidades tradicionais, 2006. IN: **XV Congresso Nacional do Conpedi**, Manaus/Amazonas. Disponível em: <
http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/manaus/estado_dir_povos_carina_carreira_trindade.pdf>. Acesso em: 02 de Nov. 2014.

VIEIRA, D. F. A. **Influência do Programa de Aquisição de Alimentos na comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu em Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília. Faculdade de Agronomia e Medicina

Veterinária. Brasília, 2008. Disponível em: <
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2943/1/2008_DeboraFariaAlbernazVieira.pdf>.
Acesso em: 18 de out. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar no Brasil e a reivindicação da ruralidade no Brasil. IN: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, UFPR n. 2. p. 29-37.jul./dez. 2000. Disponível em: <
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/viewFile/22105/14471..>>. Acesso em: 18 de out. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidade. IN: **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61. Disponível em: <
<http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>>. Acesso em: 02 de Nov. 2014.